

Sr. Presidente, quero manifestar a minha preocupação. Estaremos aqui, sim, entrincheirados, mas já sabendo que estamos, mais uma vez, fazendo a missa de corpo presente da população de São Paulo, dos servidores públicos, das necessidades, dos recursos para as Universidades, da canalização de recursos para a Agricultura, para a Educação e Segurança Pública, lamentavelmente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente em exercício, nobre Deputado Marcos Martins, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, quero aqui fazer coro com o Deputado Olímpio Gomes, tanto em relação à passividade e a falta de autonomia e independência da Assembleia Legislativa de São Paulo, que é um verdadeiro cartório, é um apêndice do Executivo do Palácio dos Bandeirantes, porque tem aqui uma base governista de 71 deputados, Deputado Olímpio Gomes, que vota em todos os projetos do Executivo, principalmente os que prejudicam a população do Estado de São Paulo.

Em relação ao Judiciário quero dizer que temos que mudar esse orçamento que o Executivo enviou aqui para a Assembleia Legislativa de São Paulo, pois vai provocar um verdadeiro caos na Justiça do Estado de São Paulo. Diria que foi criminoso o corte realizado pelo Governador Alberto Goldman em relação ao Orçamento original que foi encaminhado para o Palácio dos Bandeirantes pelo Tribunal de Justiça; o orçamento chegou aqui com 54% de corte.

Isso vai inviabilizar a justiça do Estado de São Paulo, sobre tudo prejudicando mais de 50 mil servidores do Estado de São Paulo que têm um dos salários mais baixos do Brasil do ponto de vista dos servidores públicos do nosso País.

Quero alertar a todos que, se não houver a reposição salarial dos servidores da justiça, haverá uma grande greve no ano que vem. Tivemos uma greve de 127 dias - talvez a maior greve do funcionalismo público do Estado de São Paulo - justa, legítima, que teve o apoio de alguns deputados da Assembleia Legislativa, inclusive deste Deputado, do Deputado Olímpio Gomes, que esteve o tempo todo presente. Apoiámos essa greve porque ela mostrou para toda a sociedade as contradições e o caos em que se encontra a Justiça do São Paulo.

Agora, se o Orçamento não for restituído e se o acordo firmado entre o Tribunal de Justiça e as entidades representativas dos servidores, se não houver a confirmação desse acordo e o reajuste de 20%, haverá uma grande greve logo no início do ano que vem, no início do novo governo do Governador eleito, Geraldo Alckmin. Sabemos disso porque a Justiça está tornando-se inviável no Estado de São Paulo. Temos 50 mil servidores trabalhando em condições extremamente precárias e com salários baixíssimos.

Hoje, um trabalhador do Judiciário trabalha por cinco, por seis, e é vítima de assédio moral, de péssimas condições de trabalho. Temos aqui várias denúncias que foram entregues na Assembleia Legislativa. Não foi à toa que pedimos a instalação de uma CPI do Judiciário, aqui na Assembleia Legislativa, para investigar com profundidade tudo o que vem acontecendo no Poder Judiciário, e que vem prejudicando toda população do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, ontem protocolamos, enfim, o requerimento com as 32 assinaturas necessárias regimentais para a instalação da CPI do Judiciário. O nosso requerimento foi elaborado, foi formulado a partir das denúncias, a partir de dossiês que foram entregues na Assembleia Legislativa, principalmente durante todo o período de greve, quando tivemos informações do que vem acontecendo no Tribunal de Justiça. Por isso que queremos aqui investigar, fazer uma devassa no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Primeiramente quero agradecer aos deputados que tiveram a coragem de assinar o nosso pedido de CPI, porque temos que investigar o Poder Judiciário. A Assembleia Legislativa aprova o Orçamento do Judiciário, portanto temos a prerrogativa de investigar, de jogar luz no que vem acontecendo nesse poder.

Sr. Presidente, fazemos também um apelo, aproveitando a oportunidade, para que os deputados que apresentaram requerimentos de CPIs para obstruir as CPIs sérias - porque temos muitas CPIs na lista de espera que não são CPIs sérias - para que retirem os pedidos dessas CPIs que têm como finalidade principal proteger o Governo - para empurrar a pauta das CPIs -, para que possamos então instalar uma CPI de verdade aqui na Assembleia Legislativa que é a CPI do Judiciário.

Sr. Presidente, como já disse, se o Orçamento for aprovado do jeito que foi enviado para a Assembleia Legislativa, vamos ter uma grande greve, logo no início do ano que vem, prejudicando toda a população do Estado de São Paulo; o Tribunal de Justiça tem que cumprir o acordo com os trabalhadores.

Finalizando, quero dizer que sem o aumento do Orçamento do Judiciário não vamos ter as 200 Varas instaladas no Estado de São Paulo, e a construção dos Fóruns que aprovamos aqui. Os Fóruns da Capela do Socorro, da Região de M'Boi Mirim, da Região de São Mateus, serão inviabilizados por falta de recursos e quem vai pagar o preço será a população que vai continuar com uma Justiça cara, burocrática e lenta. Consequentemente, todos que dependem de uma Justiça ágil para a sua sobrevivência - a população como um todo - serão extremamente prejudicados; sendo os servidores do judiciário os maiores prejudicados, hoje, por conta do arrocho salarial, por conta da falta de respecto da data base salarial e das mais terríveis e precárias condições de trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - MARCOS MARTINS - PT - Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre Deputado Carlos Giannazi e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 15 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 29 minutos, sob a Presidência do Sr. Barros Munhoz.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Votação adiada - Projeto de lei nº 1284, de 2009, de autoria da Mesa. Prorroga para o exercício de 2010 os efeitos da Lei nº 12.473, de 2006, que dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado. Com 3 emendas. Pareceres nºs 2608 e 2609, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis ao projeto e contrário às emendas. Parecer nº 2610, de 2009, da Mesa, contrário às emendas. Com emenda aglutinativa apresentada nos termos do § 1º do Artigo 175.

Em votação. Haja sobre a mesa o seguinte requerimento: "Requeiro, nos termos regimentais, que a votação do Projeto de lei 1284/09, constante da presente Ordem do Dia, se processe na seguinte conformidade:

1. emenda aglutinativa substitutiva ao projeto;
2. Projeto de lei;
3. emendas englobadamente." Assina o Deputado Vitor Sapienza.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 1. Em votação emenda aglutinativa. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Itens 2 e 3. Prejudicados.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero, em meu nome e em nome da classe que represento, agradecer o apoio, a forma democrática como esta Casa se posicionou em relação a esse justo pleito dos funcionários públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Líderes.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, passo a ler a declaração de voto da Bancada do PT, ao PL 1284/09:

"A Bancada do Partido dos Trabalhadores manifesta seu voto favorável ao Projeto de Lei nº 1284/2009, mas se reserva o direito de apresentar suas restrições, conforme passamos a exponer:

O PL 1284/2009, de iniciativa da Mesa, prorroga para o exercício de 2010, os efeitos da Lei nº 12.473, de 26 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado. A proposição recebeu emenda aglutinativa, mantendo, para o exercício de 2010, os valores constantes da Lei nº 12.473/2006 e estabelecendo, para o exercício de 2011, novos valores.

A partir da Emenda Constitucional nº 20, de 08 de abril de 2005, a Mesa da Assembleia Legislativa tem a obrigação de propor, anualmente, projeto de lei fixando os subsídios do Governador, Vice-Governador e dos Secretários de Estado que vigorarão no próximo exercício financeiro.

Os valores fixados para o exercício de 2005, primeiro ano em que foi votada a lei exigida constitucionalmente, foram sendo mantidos nos anos seguintes, ou seja, desde 2005, os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado estão fixados em R\$14.850,00, R\$14.110,00 e R\$11.885,40, respectivamente.

Como consequência, os limites máximos estabelecidos para os vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo também ficaram congelados desde 2005, uma vez que, atualmente, o teto salarial dos servidores públicos do Poder Executivo é o subsídio do Governador, por exigência do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Anualmente, a cada votação do novo subsídio, temos pressionado a mobilização de servidores, em especial os Agentes Fiscais de Renda, pleiteando o aumento do valor proposto no projeto apresentado pela Mesa, pois, dessa forma, terão aumentado o teto de sua remuneração.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores tem defendido, reiteradamente, a valorização de todas as carreiras dos servidores públicos. Tem combatido as políticas governamentais, na medida em que elas optaram pelo tratamento diferenciado para cada carreira, o que levou à desmobilização da categoria como um todo, e pela concessão de bônus, em vez de valorização salarial.

Por defendermos os servidores públicos é que concordamos em assinar a emenda aglutinativa apresentada ao PL 1284/2009, uma vez que ela majora os valores que vigorarão no ano de 2011.

Sabemos, entretanto, que essa não é a forma mais adequada de resolver a questão do teto salarial do funcionalismo em geral. A solução definitiva passa pela aprovação de emenda à Constituição Estadual, propondo um teto único para o funcionalismo público dos três Poderes.

Com efeito, a Constituição Federal prevê, no § 12 do artigo 37, a possibilidade de os Estados estabelecerem, mediante emenda à Constituição, um limite único (para todos os Poderes), tomando-se como base o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

O limite assim instituído atenderia o princípio da isonomia e acabaria com as distorções atuais, que possibilitam, por exemplo, que os servidores públicos do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas tenham um teto superior àquele adotado pelo Poder Legislativo e os servidores deste superem o teto estabelecido pelo Governador para os servidores ligados aos órgãos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09/12/10

Antônio Mendor - Líder da Bancada do PT

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Sr. Presidente, quero cumprimentar esta Casa e especialmente o nobre Deputado Vitor Sapienza. Desde 1999, quando aqui cheguei, tem sido o nosso mestre, grande deputado, foi Presidente desta Casa. Tenho certeza de que o nobre Deputado Vitor Sapienza vive um dos dias mais felizes de sua vida. Sabemos de sua luta pela aprovação desse projeto. Em nome de todos os servidores públicos, que majora os valores que vigorarão no ano de 2011.

Sabemos, entretanto, que essa não é a forma mais adequada de resolver a questão do teto salarial do funcionalismo em geral. A solução definitiva passa pela aprovação de emenda à Constituição Estadual, propondo um teto único para o funcionalismo público dos três Poderes.

Com efeito, a Constituição Federal prevê, no § 12 do artigo 37, a possibilidade de os Estados estabelecerem, mediante emenda à Constituição, um limite único (para todos os Poderes), tomando-se como base o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Esta Presidência quer cumprimentar todos os deputados, especialmente o nobre Deputado Vitor Sapienza, e dizer que a grande satisfação de poder cumprir mais um compromisso da Assembleia Legislativa de São Paulo. Havia um compromisso da Casa com os servidores que precisavam que este projeto fosse votado. A Casa prontamente encerra esta Legislatura votando hoje o 77º projeto referente ao funcionalismo do Estado. Queremos fazer justiça a todos os deputados e, inclusive, entender a posição do nobre Deputado Jorge Caruso, que nunca questionou o mérito do projeto e sempre foi claro que era um embate parlamentar, como costumeiramente se faz nesta Casa, e foi feito com muita dignidade. Nobre Deputado Jorge Caruso, V. Exa. sempre reconheceu o mérito do projeto e o valor da luta desse extraordinário parlamentar, o nosso querido companheiro Vitor Sapienza.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Esta Presidência quer cumprimentar todos os deputados, especialmente o nobre Deputado Vitor Sapienza, e dizer que a grande satisfação de poder cumprir mais um compromisso da Assembleia Legislativa de São Paulo. Havia um compromisso da Casa com os servidores que precisavam que este projeto fosse votado. A Casa prontamente encerra esta Legislatura votando hoje o 77º projeto referente ao funcionalismo do Estado. Queremos fazer justiça a todos os deputados e, inclusive, entender a posição do nobre Deputado Jorge Caruso, que nunca questionou o mérito do projeto e sempre foi claro que era um embate parlamentar, como costumeiramente se faz nesta Casa, e foi feito com muita dignidade. Nobre Deputado Jorge Caruso, V. Exa. sempre reconheceu o mérito do projeto e o valor da luta desse extraordinário parlamentar, o nosso querido companheiro Vitor Sapienza.

O SR. GILSON DE SOUZA - DEM - Sr. Presidente, quero reconhecer o empenho não só do nobre Deputado Vitor Sapienza, grande amigo desta Casa, mas também dos companheiros da Assembleia Legislativa. Quero ressaltar a atenção que a Secretaria da Fazenda tem tido com todos os parlamentares desta Casa e todos os servidores do Estado. Quero agradecer e dizer da minha satisfação em poder estar junto nesse projeto tão importante para todos nós.

O SR. ANTONIO MENTOR - PT - Sr. Presidente, quero fazer uma breve manifestação também no sentido de corroborar com as manifestações anteriores relativamente ao empenho e à dedicação do Deputado Vitor Sapienza na aprovação desse projeto. Esta Casa presta uma homenagem importante a um deputado que se dedicou de forma tão expressiva para que as carreiras do funcionalismo que estão de vez seu salários achaçados pelo teto constitucional pudesse ter uma pequena, mas importante valorização com a dedicação e empenho dedicados pelo Deputado Vitor Sapienza a essa questão que tem o reconhecimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero fazer justiça. Este projeto foi endossado e apoiado por todas as bancadas com assento nesta Casa, independentemente de posição quanto ao Governo. Faço questão de fazer esse registro.

O SR. JONAS DONIZETTE - PSB - Sr. Presidente, em nome da liderança do Governo, gostaria de fazer um breve registro. Tivemos várias oportunidades de debater esse tema, mas sem concretizar o que estamos conquistando hoje: votar e fazer justiça no que diz respeito a muitas categorias profissionais do funcionalismo do Estado de São Paulo. Muitos deles já estão na carreira pública há muitos anos e, por isso, chegaram ao teto salarial. Alguns tinham seus vencimentos barrados por cláusulas de justiça. Hoje esta Casa cumpre seu papel político, depois de muito debate, muitas conversas com o Poder Executivo, chegamos a um valor aprovado nesta Casa, o chamado subto. Acho que foi importante, tempos atrás, estabelecer o teto para todo o serviço público para corrigir algumas questões que acabavam sendo lesivas ao Erário. Mas não poderíamos deixar de olhar para o outro lado da balança, muitas injustiças que vinham sendo cometidas a pessoas que se dedicam ao serviço público. Inclusive, muitas dessas pessoas, da área fiscal, trabalharam muito para que o Orçamento do Estado pudesse melhorar, para que tivéssemos hoje um Orçamento estadual de mais de 140 bilhões de reais, para que as finanças do Estado de São Paulo pudessem crescer e se estabilizar, mesmo em tempos difíceis da economia, como em períodos recentes. Portanto, esses profissionais fazem jus a receber um salário digno. Muitos deles, certamente, se tivessem se dedicado à iniciativa privada, poderiam até ter vencimentos maiores do que estamos aprovando hoje, mas são pessoas de espírito público elevado, que têm um alto grau de dedicação ao serviço público. Portanto, esta Assembleia hoje faz justiça.

Quero registrar o trabalho de V. Exa., que se empenhou muito, nobre Deputado Barros Munhoz, para que pudéssemos levar a bom termo a votação que ocorre agora nesse desfecho.

Quero destacar também o trabalho dos nobres Deputados Vitor Sapienza e Vaz de Lima, que muito se dedicaram para que pudéssemos, juntamente com o Poder Executivo, chegar a esse valor determinado do subto que votamos hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OLÍMPIO GOMES - PDT - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo, cumprimentar a todos os líderes partidários e a todos os 94 deputados desta Casa por terem promovido justiça. Se ainda não é a justiça plena, haja vista que quando falamos em harmonia e em independência entre os poderes, também temos de dar a todos aqueles que realizam suas missões nos poderes constituídos igualdade de tratamento. Ainda estamos bastante distantes do teto praticado pelo Judiciário, mas a Assembleia Legislativa, no apagar das luzes deste ano, dá uma demonstração que, quando quer, pode sim corrigir destinos e fazer justiça. Temos de prosseguir numa nova etapa para um projeto de emenda constitucional, com vistas a que isso não seja mais objeto de discussão ou de qualquer espécie de troca ou barganha, por ser fundamental a correção salarial dos servidores do piso ao teto salarial.

Onze mil e oitocentos servidores públicos do Estado de São Paulo estão se sentindo mais justiçados neste momento. Precisamos aprender a mesma lição do que praticamos agora para buscar o aperfeiçoamento salarial de todas as categorias do Estado de São Paulo, promovendo pisos mais dignos.

Os meus parabéns ao Presidente da Assembleia Legislativa, aos líderes partidários, aos deputados, ao Estado de São Paulo e aos quase 12 mil servidores públicos que estavam notadamente esquecidos e injustiçados com um congelamento do teto salarial. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de Vossa Excelência.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de agradecer suas palavras com relação à minha pessoa e à Bancada do PMDB, deixando claro que o nosso posicionamento pertinente a esse projeto sempre foi no sentido de aperfeiçoar e de discutir não sómente a situação desses servidores, mas também a dos demais.

Por isso, o PMDB sempre procurou levar essa votação junto com a questão orçamentária do Poder Judiciário, visando a que acomodássemos todas as situações, enfim, buscando um amplo entendimento a respeito de